



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

A farsa do Nobel

Nós nos deparamos todos os dias, nas ruas, com a reverberação da tragédia política venezuelana. Oprimido, pauperizado, sem alternativas e sem perspectivas, o povo venezuelano migra para outros países vizinhos. Sem dúvida, Maduro era um ditador, que cerceava a imprensa, corrompia os militares, cooptava o Judiciário e prendia os opositores. Mas nada justifica a ação dos Estados Unidos de ferir a soberania de outros países.

Trump fomenta a guerra com a ofensiva

às instituições e aos tratados internacionais que o próprio Estados Unidos criou depois da vitória contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial. Com isso, os conflitos explodiram em várias partes do mundo. Ele quer que valha a lei do mais forte. É um atraso de mais de 300 anos de civilização rumo à barbárie.

Depois de um ano do segundo mandato de Trump, mais de 20 países passaram a cogitar construir armas atômicas. Trump mudou o nome do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para Departamento da Guerra. Aumentou o orçamento bélico em 50%, de US\$ 980 bilhões, em 2025, para US\$ 1,5 trilhão, em 2026. É esse homem que tem como obsessão ganhar o Prêmio Nobel da Paz.

Em razão das tensões criadas pela

ameaça de apropriação da Groelândia pelos Estados Unidos, Trump enviou uma carta ao primeiro ministro da Noruega, Jonas Gahr Store. Trump argumenta que, considerando que a Noruega não lhe concedeu o Prêmio Nobel da Paz por ter impedido mais de oito guerras, não se sente mais obrigado a pensar apenas na paz, embora ela sempre seja predominante, mas agora pode pensar no que é bom e apropriado para os Estados Unidos da América.

Trump age com a infantilidade de um menino mimado que pretendia brincar de paz, mas como não lhe deixaram, agora brincar de guerra. Só que de guerras que podem explodir o mundo e acabar com a vida na Terra. Como se, desde o primeiro minuto, ele não tenha ostentado o boné

Make America great again. Trump é tão ignorante que desconhece que o Prêmio Nobel não é atribuído pelo governo da Noruega, mas, sim, por um instituto sediado no país nórdico.

Como se não bastasse, Maria Corina, a opositora de Maduro, teve um encontro com Trump e se portou da maneira mais subserviente e indigna. Ofereceu o Prêmio Nobel que havia ganhado do instituto norueguês para Trump por ter invadido a Venezuela e sequestrado Maduro e a esposa Cilia. Corina sempre apoiou intervenções militares contra a Venezuela. Além disso, omitiu-se em relação à política de deportação de Trump contra os concidadãos venezuelanos nos Estados Unidos.

A concessão do Prêmio Nobel da Paz a ela foi um absurdo que desmereceu a

instituição norueguesa. E, para comprovar que não merecia a láurea, Corina repassou o troféu a Trump, em uma atitude de absurda vassalagem, quando o presidente dos Estados Unidos a preteriu em favor de Delcy Rodríguez, vice-presidente de Nicolás Maduro, mantendo toda a estrutura de poder da ditadura venezuelana. Para Trump, não interessa a democracia; só interessa o petróleo.

Os Estados Unidos estão se isolando enquanto os outros países se associam. E Trump só pode governar o planeta se assumir a posição de ditador. O congresso americano ensaiou vetar novas intervenções na Venezuela, no entanto, por um voto, a insensatez foi aprovada. Trump precisa ser parado nos Estados Unidos, antes que seja tarde.

» MANUELA SÁ*

Antes de sair do papel e se tornar símbolo do modernismo brasileiro, Brasília foi idealizada e planejada em plantas arquitetônicas. Hoje, esse patrimônio documental está sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), que preserva mais de 40 mil plantas. Além de conservar esses registros históricos, o desafio do órgão é organizá-los e descrevê-los de forma a ampliar o acesso da população a essas relíquias da construção da capital.

O projeto foi idealizado pela arquiteta e historiadora Andréa Gonçalves Bernardes e pelo arquivista Hélio Júnior. Andréa, que frequentava o arquivo para pesquisa, notou que a falta de descrições mais precisas dos documentos acabava contribuindo para a deterioração deles. Os registros, feitos em papel vegetal, são mantidos enrolados em uma sala. Cada rolo reúne diferentes plantas e não possui identificação externa, o que obriga pesquisadores a abrir diversos volumes até encontrar o documento desejado. Esse manuseio constante causa rasgos e desgaste, especialmente nas extremidades.

Com o avanço no processo de digitalização, surgiu um novo desafio. Para serem digitalizadas, as pranchas arquitetônicas precisam ser planificadas e, uma vez abertas, não podem mais ser enroladas. Isso tornou ainda mais urgente a necessidade de uma identificação mais precisa para as plantas, agora guardadas em mapotecas (espécies de gavetas), que ainda não são o suficiente para acomodar todo o acervo de pranchas planificadas.

Diante desse cenário, Andréa procurou Júnior para propor soluções que melhorassem a preservação e o acesso às plantas. Juntos, eles deram início ao projeto, que, há um ano, envolve estudantes de arquitetura das turmas de Andréa no Centro Universitário de Brasília (Ceub) e no Centro Universitário Iesb.

Detalhes

Os alunos ajudam a descrever detalhadamente os documentos, o que dá mais precisão à catalogação e facilita a pesquisa futura. No ano passado, as turmas foram responsáveis pela descrição da Rodoviária do Plano Piloto e de todas as 290 plantas da Torre de TV. Segundo Andréa, a experiência em arquitetura é essencial nesse processo, já que muitos detalhes técnicos só podem ser identificados por quem domina a linguagem dos projetos. Cada documento recebe uma ficha de instrumento de pesquisa, com informações como tamanho, material e presença de carimbos.

Esse trabalho tem impacto direto em obras de revitalização de prédios históricos em Brasília. Durante a reforma da Sala Villa-Lobos, no Teatro Nacional, por exemplo, um técnico de obra precisou consultar as plantas originais para verificar a parte hidráulica do prédio. “Quando vão fazer uma reforma, às vezes, é preciso saber qual é a parede que é vulnerável ou qual é a parede de sustentação, que não pode ser removida”, afirma Andréa.

A atenção ao projeto original também se estende aos detalhes. No Arquivo Público, é possível encontrar, por exemplo, os desenhos em escala aumentada dos parafusos da Torre de TV. Essa informação permite que peças sejam reproduzidas fielmente, caso seja necessário substituí-las.

O valor das pranchas arquitetônicas também está no potencial para a pesquisa acadêmica. Facilitar o

Iniciativa do Arquivo Público do Distrito Federal procura melhorar a descrição de projetos arquitetônicos de Brasília para ampliar o acesso da população a essas relíquias

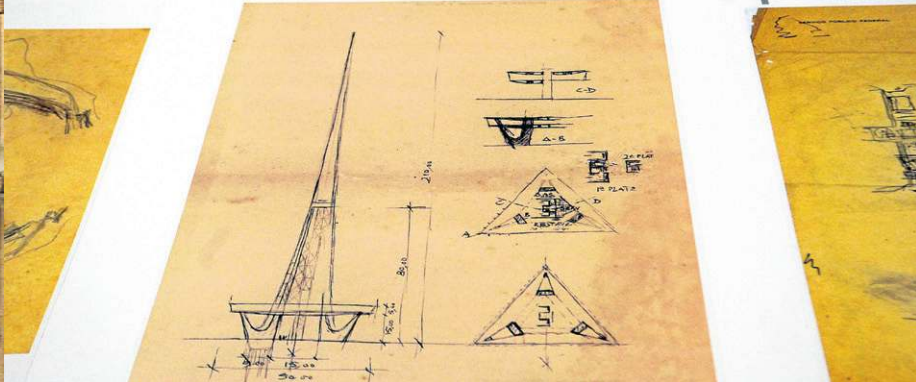
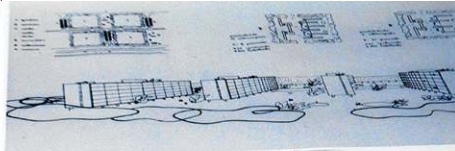
Rascunhos da capital



A professora de arquitetura Andréa Bernardes com o arquivista Arthur Silva



Como são guardados os documentos no Arquivo



Prancha arquitetônica da Torre de TV, desenhada por Lucio Costa

Fotos: Marcelo Ferreira/CBDA Press

acesso a esse material contribui tanto para o avanço dos estudos quanto para a preservação dos documentos, já que reduz o manuseio físico. Andréa destaca a importância de analisar projetos que não foram executados ou que sofreram alterações ao longo do tempo. Um exemplo é a Catedral de Brasília, projetada originalmente por Oscar Niemeyer, com 21 pilares. Durante a construção, o arquiteto percebeu que o espaço ficaria apertado e decidiu eliminar cinco pilares. O registro de que o projeto não foi para frente da forma como se esperava aparece na prancha original, com a anotação “sem efeito”.

Reconhecimento

As plantas também revelam o trabalho de arquitetos menos conhecidos do grande público, como Milton Soares, que assina plantas do Cine Brasília; e Gladson Rocha, ambos integrantes da equipe de Niemeyer. Para Andréa, identificar esses nomes é uma forma de “dar voz a essas pessoas” e reconhecer sua contribuição para a construção da cidade.

O arquivista Arthur Silva, que trabalha no ArPDF, ressalta que a descrição arquivística vai além de um simples inventário. “Ela é responsável por decodificar o documento para o usuário final, para o pesquisador. Trabalhamos com metadados, como produtor e data. Com a participação dos estudantes de arquitetura, conseguimos ampliar esse conjunto de informações”, explica. “Nossa função não é apenas preservar documentos, mas produzir informação de valor para a população.”

Silva comenta o papel da digitalização e do projeto na democratização do acesso ao acervo: “Assim, a gente cumpre a nossa missão de dar acesso, preservar e difundir informação. Conseguimos fazer essas três funções arquivísticas por meio da digitalização após o processo de descrição. Com o documento digital, qualquer pessoa, de qualquer lugar, consegue acessar esse patrimônio”.

Responsável por supervisionar a primeira turma de alunos, Silva conta que, além da população, os alunos ganham com o projeto. “Eles saíram daqui maravilhados. Tanto que eu convidei alguns alunos para ingressarem no mestrado em Ciência da Informação para que eles consigam juntar os dois campos do conhecimento”, fala.

Neste ano, o plano é dar continuidade ao projeto e avançar na descrição de novas plantas. Os organizadores ficam felizes ao atestar os frutos desse trabalho. Eles contam que, durante um encontro nacional de arquivistas, o projeto foi apresentado e despertou grande interesse, com profissionais de outros estados demonstrando vontade de replicar a iniciativa.

*Estagiária sob supervisão de Tharsila Prates